

Acompanhamento das Medidas Protetivas de Urgência

e atuação do Ministério Público nos pedidos de revogação

A medida foi deferida. E depois?





Da concessão ao acompanhamento: o problema desta oficina

A medida protetiva foi deferida. E depois?

Mudança de paradigma

- Lei 14.550/2023 e Tema 1.249/STJ: a MPU dura enquanto persistir o risco.
- O tempo da proteção não é o tempo do processo.

Avaliar ≠ gerir

- Avaliar risco é identificar fatores.
- Gerir risco é definir quem faz o quê, quando e com qual resposta.

Recorte da Oficina 3

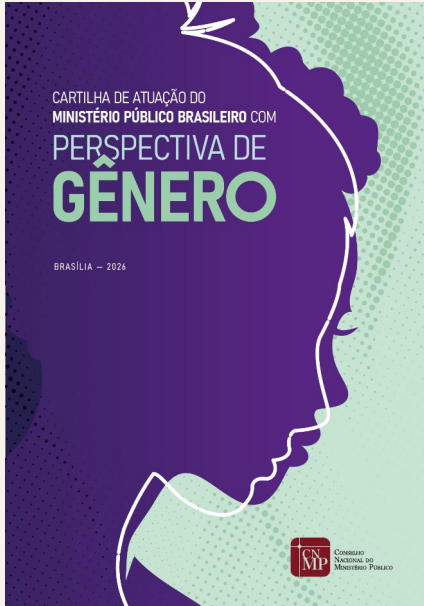
- cumprimento da MPU
- persistência do risco
- circulação de informações da rede
- pedidos de revogação

O tempo da proteção é o tempo do risco.

Risco não é fotografia; é trajetória.



Cartilha CNMP: diretrizes já estão no papel



Monitoramento

- integrar MPUs a protocolo de avaliação e gestão de risco
- acionar patrulhas e monitoramento eletrônico nos casos de alto risco
- demandar relatórios periódicos da rede e das forças de segurança
- assegurar busca ativa nos casos críticos

Revogação

- prévio contato com vítima e ofensor
- reavaliação concreta do risco
- princípio da precaução
- evitar revogações automáticas ou por prazo prefixado

A pergunta passa a ser: como operacionalizar essas diretrizes?

Protocolo Girassol e Projeto Caliandra

Protocolo Girassol (MPRN)

- Criado no Ministério Público do Rio Grande do Norte sob a coordenação da promotora Érica Canuto.
- Ferramenta prática de gestão de risco para acompanhar de perto mulheres com medidas protetivas de urgência.
- Foco em casos graves, descumprimentos e prevenção da escalada da violência.

Projeto Caliandra (MPDFT)

- Lançado em 2024 no Recanto das Emas como adaptação do modelo Girassol.
- Protocolo de atendimento e gestão de risco para reforçar a eficácia das MPUs e agir rapidamente nos descumprimentos.

Objetivos principais

Gestão de risco

Avaliar continuamente o nível de perigo enfrentado pelas vítimas.

Monitoramento

Acompanhar de perto notícias de descumprimento das medidas protetivas.

Ação rápida

Adotar providências céleres para evitar escaladas e prevenir o feminicídio.

No MPDFT, o Caliandra também articulou a rede de proteção e encaminhamentos para qualificação profissional e empoderamento econômico das vítimas.

Inspiração: do modelo bem-sucedido do MPRN para a realidade do Recanto das Emas.



Recanto das Emas: rede de proteção, monitoramento e autonomia

Espaço Acolher

9 unidades
352 homens
865 atendimentos
691 em espera

PROVID

24 batalhões
801 mulheres e núcleos
416 com MPU
~200 policiais

Viva Flor

3.442 já passaram
2.150 monitoradas
APP e DPP
2 Espaços Lilás

DMPP

188 monitorados
111 vítimas / 77 autores
2.338 na central
875 DPP + 437 TZ

Projeto Proeza

capacitação
e autonomia
econômica

Práticas no Recanto

- contato constante com PROVID, psicossocial e rede local
- acompanhamento de casos graves inspirado no Projeto Girassol
- escuta antes dos pedidos de revogação para compreender fatores econômicos e familiares

Lição central

- a efetividade vinha do acompanhamento longitudinal
- proteção não se resume à decisão judicial
- rede, tecnologia e autonomia econômica precisam conversar

Ter serviços não é exatamente o mesmo que ter fluxo.



A proteção precisa atravessar a execução penal

O processo tem fases. O risco não tem.

Problema identificado

- em casos graves, inclusive feminicídio e estupro de vulnerável, a execução penal nem sempre dialoga com o histórico protetivo
- a MPU pode perder vigência sem articulação com a execução

Perguntas essenciais

- quem verifica o risco na progressão ou na saída?
- como a informação da MPU chega à execução?
- como o MP articula proteção e execução penal?

Encaminhamento

- construir fluxo entre violência doméstica e execução penal
- evitar que a mulher desapareça entre um processo e outro
- manter a proteção ativa enquanto o risco persistir

A chegada da execução penal não significa, por si só, o desaparecimento do risco.



Quadro 1: estratificação de risco e regime de acompanhamento

Proposta de fluxo contínuo do risco: periodicidade mínima e providências conforme o nível de risco.

Nível	Indicadores típicos	Periodicidade mínima	Providências
Alto	Ameaça de morte; acesso a arma; estrangulamento anterior; perseguição; descumprimento prévio; separação recente de parceiro controlador	Contato em até 7 dias; reavaliação a cada 30 dias	Monitoração eletrônica; patrulha; plano de segurança; exame de prisão preventiva; apoio psicossocial
Médio	Violência física sem arma; violência psicológica continuada; conflito de guarda; uso abusivo de álcool ou drogas	Contato em até 15 dias; reavaliação a cada 90 dias	Visitas periódicas; rede de proteção; grupo reflexivo para o autor
Baixo	Sem indicadores dinâmicos agravantes; agressor sem histórico; afastamento consolidado e sem contato	Reavaliação a cada 180 dias	Canal de reentrada rápida; comunicação de direitos

Fonte: Oficina CNMP Acompanhamento MPU — Proposta de fluxo A: acompanhamento contínuo do risco.

Perguntas propostas para a Oficina 3

- Como o Ministério Público acompanha o cumprimento das medidas protetivas de urgência em seu estado?
- Existem fluxos institucionais específicos para monitoramento dessas medidas?
- O MP realiza contato periódico com a vítima ou recebe informações da rede sobre a evolução do caso?
- Como ocorre a atuação diante dos pedidos de revogação formulados pela vítima ou pelo investigado?
- Quais critérios costumam ser considerados para manifestação ministerial?
- Como é realizada a reavaliação do risco antes da revogação da medida?
- Existem protocolos ou boas práticas voltados ao acompanhamento das medidas protetivas?
- Quais dificuldades têm sido encontradas nessa atuação?





Obrigada!

A efetividade das medidas protetivas depende de algo que só se constrói em conjunto: fluxo, articulação e responsabilidade compartilhada.

Gabriela

61 9 8136-3611

Sabrina

91 8814-2004

